

O GOVERNO DO ESTADO E OS CERRADOS DO OESTE BAIANO

MÔNICA MACIEL LOPES

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia.

ORIENTADOR:

LUIZ ANTÔNIO MATTOS FILGUEIRAS

SALVADOR - 1973

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O GOVERNO DO ESTADO E OS CERRADOS DO OESTE BAIANO

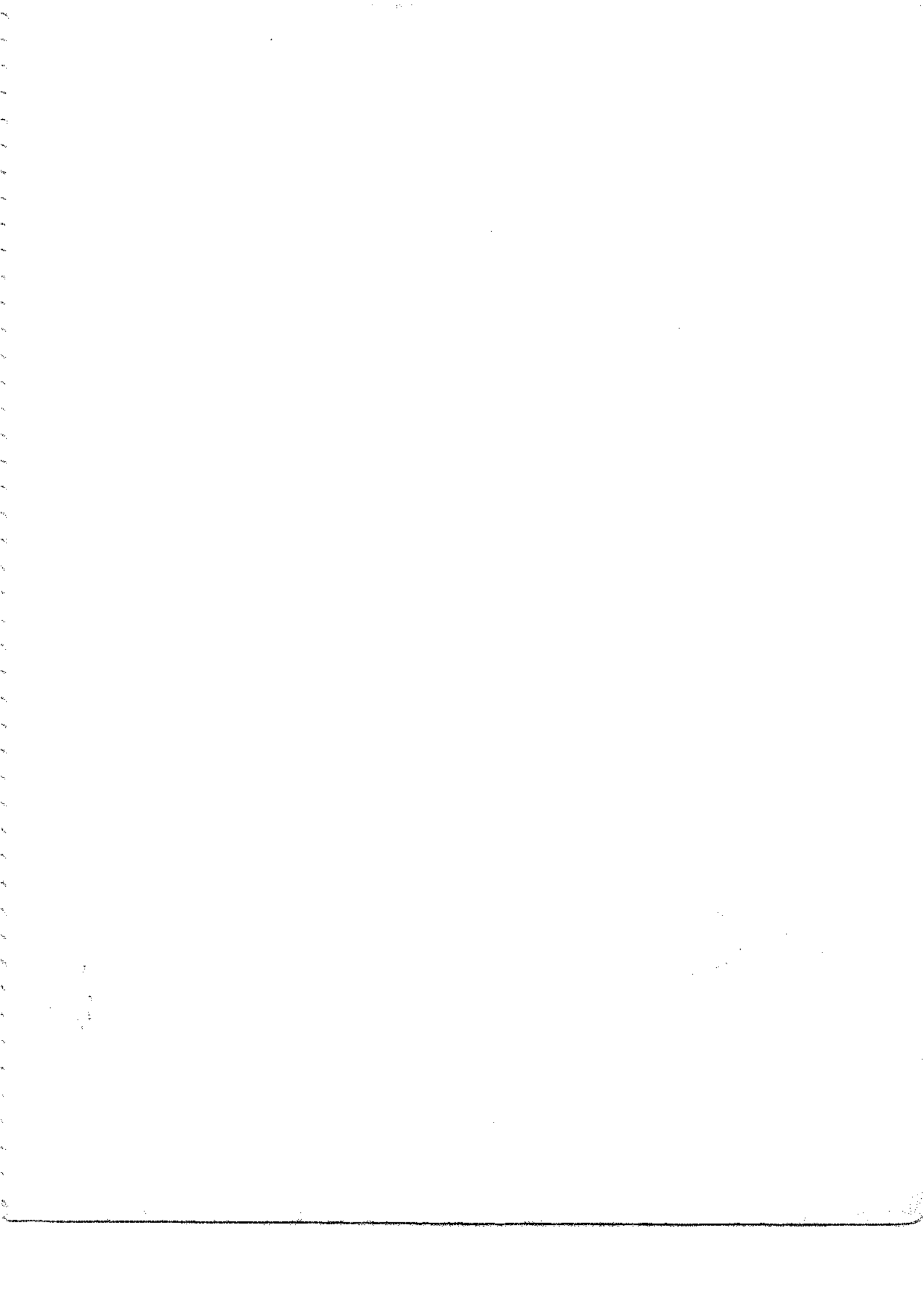
MÔNICA MACIEL LOPES

ORIENTADOR:

LUIZ ANTÔNIO MATTOS FILGUEIRAS

SALVADOR - 1993

M
333.13
L864g







AGRADECIMENTOS

Agradeço aos colegas e professores da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, que, através das suas sugestões, críticas e de suas próprias pesquisas, instigaram-me a aperfeiçoar, qualificar, meu estudo e, em especial, prosseguir sempre confiante na obtenção de bons resultados.

Sou grata também, às bibliotecárias que me orientaram nas pesquisas, ajudando na seleção e consulta do material necessário, como também, facilitando o empréstimo das publicações.

Agradeço especialmente, aos meus amigos que sempre acreditaram na minha capacidade de concretizar este trabalho, e a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram nesta pesquisa.

Agradeço, ainda, a minha irmã, pela participação fundamental na etapa conclusiva deste trabalho, oferecendo total apoio.

Finalmente, dedico esta Monografia à minha mãe, por tudo que ela representa para mim e pelo incentivo permanente que ela vem dando aos meus estudos e ao meu desempenho profissional.

Salvador, março de 1998.

Mônica Maciel Lopes

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE MAPAS.....	P. 01
RELAÇÃO DE TABELAS.....	P. 02
RELAÇÃO DAS SIGLAS E ABREVIATURAS.....	P. 03
1. INTRODUÇÃO.....	P. 04
1.1. O Desenvolvimento Capitalista na Agricultura Brasileira.....	07
1.2. O Papel das Cooperativas na Ocupação dos Cerrados do Oeste Baiano.....	09
1.3. Metodologia e Delimitação Operacional da Região	11
2. A ECONOMIA DA SOJA.....	P. 19
2.1. No Contexto Mundial.....	19
2.2. No Brasil.....	25
2.3. Na Bahia.....	30
3. O GOVERNO DO ESTADO E A OCUPAÇÃO ECONÔMICA DOS CERRADOS BAIANOS NA DÉCADA DE 80.....	P. 37
3.1. Visão Global da Ocupação.....	37
3.2. As Propostas Governamentais para a Região.....	42
3.3. As Implementações do Governo Estadual.....	50
4. CONCLUSÃO.....	P. 58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	P. 64

RELAÇÃO DE MAPAS

Nº	TÍTULO	PÁG.
01	- ESTADO - Divisão Administrativa Atual das Regiões Econômicas	12
02	- REGIÃO ECONÔMICA OESTE - Divisão Administrativa Atual	13
03	- Divisão Administrativa do Oeste Baiano após 1958/62	15
04	- Sub-regiões de Planejamento do Oeste da Bahia	17
05	- Mapa de Ocupação do Cerrado - Oeste da Bahia (Em 1983/84)	52
06	- Mapa de Ocupação do Cerrado - Oeste da Bahia (Em 1987/88)	53

RELAÇÃO DE TABELAS

Nº	TÍTULO	PÁG.
I	- PRODUÇÃO MUNDIAL DAS PRINCIPAIS OLEAGÍNSAS	24
II	- CONSUMO MUNDIAL DOS PRINCIPAIS ÓLEOS VEGETAIS	24
III	- CONSUMO MUNDIAL DOS PRINCIPAIS FARELOS PROTÉICOS	25
IV	- EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E PRODUTIVIDADE MÉDIA DE SOJA BRASILEIRA (1965/91)	26
V	- SOJA EM GRÃO - QUANTIDADE PRODUZIDA	27
VI	- COMPLEXO SOJA 1989/90 - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES, EXPORTADORES E IMPORTADORES	29
VII	- RANKING DOS PRINCIPAIS PRODUTOS BAIANOS SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA COM A MÉDIA 1980/81/82 E 1989/90/91	33
VIII	- PRODUÇÃO BAIANA DE SOJA (EM GRÃO)-1990	34
IX	- RODOVIAS ESTADUAIS NO OESTE BAIANO- PLANEJADAS E SITUAÇÃO FÍSICA	55
X	- CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM ESTADUAIS E VICINAIS NO OESTE, PELAS COOPERATIVAS E EMPRESAS MAIS IMPORTANTES	62

RELAÇÃO DAS SIGLAS E ABREVIATURAS

AGF	-	Aquisições do Governo Federal
BR**		
CAC	-	Cooperativa Agrícola de Cotia
CAR	-	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEE	-	Comunidade Econômica Européia
CEI	-	Centro de Estatísticas e Informações
CEPLAB	-	Centro de Planejamento da Bahia
CHESF	-	Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco
COARCENTRAL	-	Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central Ltda
CODEVASF	-	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COELBA	-	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COPERBEL	-	Cooperativa dos Produtores de Grãos dos Gerais Ltda
COTIA	-	Cooperativa Agrícola de Cotia
CRIBA	-	Consórcio Rodoviário Intermunicipal da Bahia
DERBA	-	Departamento de Estradas e Rodagem da Bahia
DESENBANCO	-	Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
EBF	-	Empréstimos do Governo Federal
EMATER	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OLVEBASA	-	Óleos Vegetais da Bahia S/A
PADDF	-	Plano de Assentamento Dirigido do Distrito Federal
PCH	-	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PEPM	-	Política de Garantia de Preços Mínimos
POLO NORDESTE	-	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
RMS	-	Região Metropolitana de Salvador
SEPLANTEC	-	Secretaria de Planejamento e Tecnologia

* Siglas das estradas brasileiras construídas e mantidas pelo Governo Federal

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da última década, o Oeste baiano revelou-se uma das principais áreas de expansão da moderna agricultura de grãos no âmbito nacional. "O desenvolvimento da cultura de soja na região, nos anos 80, vem reafirmar o processo de mudança nos cerrados baianos e lhes definir novos contornos."¹

Dentro deste contexto de importância adquirido pela região, este trabalho tem como objetivo examinar o papel do governo estadual, enquanto fornecedor de infra-estrutura física necessária ao bom desempenho da agricultura de grãos, especificamente da soja, nos cerrados do Oeste da Bahia.

O cultivo da soja nos cerrados baianos é estudado no 2º capítulo, com base em seu perfil no período que se estende de 1980 - 1990, destacando-se o histórico da sua produção a nível mundial, nacional e regional, a evolução do volume produzido e o destino da safra.

Destaca-se pois, como objeto de estudo do presente trabalho o Oeste baiano, mais precisamente a região dos cerrados, a qual tem passado por uma série de transformações, em reflexo à necessidade da integração econômica de diferentes regiões brasileiras. Esta área vem se inserindo no processo global de ocupação dos cerrados brasileiros e se modificando

1. SANTOS FILHO, Milton (1989, p. 29)

"em função das necessidades do capital industrial e financeiro no seu desenvolvimento a nível nacional e internacional."²

A ênfase dada à cultura da soja, justifica-se pelo quadro de permanente transformação por que passa o cerrado brasileiro, onde os cerrados baianos têm como principal produto essa oleaginosa. Esse processo de modernização que atinge o extremo Oeste da Bahia, decorre da penetração das relações capitalistas no campo, impulsionada pela sojicultura.

O Oeste da Bahia constitui uma das últimas áreas de incorporação econômica no estado, "o rápido desdobramento da produção de soja nos cerrados baianos, sobretudo pelo seu caráter recente e periférico, tem levado muitos a utilizarem o conceito de fronteira agrícola para a compreensão da atual dinâmica regional."³

Cabe ressaltar, que: "A fronteira não é necessariamente uma região vazia do ponto de vista demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção."⁴ Dentro desta visão, uma região pode ter uma produção agrícola ou área plantada inexpressivas e,

2. SANTOS FILHO, Milton - Projeto de Pesquisa - Tendências de modificação dos Cerrados Baianos da Divisão Interc regional do Trabalho. SSA, junho/87 in Carvalho Júnior, César Vaz de (1987).

3. SANTOS FILHO, Milton (1989, p. 54)

4. GRAZIANO DA SILVA, José (1982, p. 115)

no entanto, não se encaixar no sentido de fronteira agrícola aqui conceituado.

É preciso compreender os cerrados baianos como "uma região em rápida transformação e portanto em situação transitória, provisória e cujo elemento de propulsão é a expansão do capital sobre a produção agrícola da região."⁵

Esta fronteira representada pelos cerrados do Oeste baiano, vem experimentando um acelerado crescimento da produção agrícola num movimento comandado pelo capital industrial e financeiro. Em contraposição, o distanciamento dessa região em relação aos portos e aos grandes centros urbanos, associado à carência de infra-estrutura básica, atua como empecilho ao desempenho da produção de grãos, elevando seus custos e, conseqüentemente, diminuindo a sua competitividade.

† Considerando a problemática associada ao quadro de infra-estrutura precária existente nos cerrados baianos, a tese defendida neste trabalho está fundamentada no papel "secundário" do governo estadual na montagem das bases essenciais para o progresso econômico da região. Na ausência da ação governamental, a iniciativa privada, através dos próprios produtores, especialmente as agroindústrias e

5. SANTOS FILHO, Milton, op. cit., p. 55

cooperativas, vem possibilitando o suprimento de itens infra-estruturais, que oneram sua produção.

A insuficiência da atuação do governo do estado é abordada no 3º capítulo, através da listagem dos principais "discursos pró-desenvolvimento do Oeste" apresentados no decorrer dos anos 80 e do que foi realmente implementado, a nível estadual, pelo governo.

Na conclusão do trabalho, realiza-se um confronto entre esses dois aspectos - programas e implementações -, buscando comprovar a ineficiência da atuação governamental na região.

1.1. O Desenvolvimento Capitalista na Agricultura Brasileira

O processo de modernização conservadora iniciado na década de 50 e que caracterizou a agricultura brasileira a partir de então, faz parte da inserção da mesma na dinâmica da economia nacional, acompanhando o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Primeiramente, no período de 1945 a 1965, a política agrícola do Estado voltava-se, basicamente, para o confisco cambial com a transferência de recursos para a indústria, visando o fortalecimento do processo de substituição de

importações. Até então, a agricultura dependia da importação de implementos, fertilizantes, máquinas e equipamentos, para se modernizar.

Em seguida, no intervalo pós-64 e até a crise do Estado em fins da década de 70, o capital industrial já estabelecido irá fundir-se ao capital agrário via implantação do setor produtor de bens de capital para a agricultura e a constituição do mercado nacional agrícola do trabalho e de produtos in-natura e agroindustriais. Observa-se, assim, uma divisão nacional do trabalho para o setor, aqui representada pela formação dos complexos agroindustriais por produtos com dinâmicas e necessidades próprias. A política agrícola do Estado, nesta fase, via crédito agrícola subsidiado, é que harmoniza e consolida este projeto.

O estrangulamento financeiro do Estado, iniciado no final da década de 70, o acirramento do processo inflacionário e a diminuição do volume de recursos vindos do exterior, isto é, o estabelecimento de uma crise estrutural no país a partir desse período, transformará a política agrícola do Governo, até então baseada nos créditos fortemente subsidiados. Neste sentido, os empréstimos passam a ter correção monetária plena e juros reais; a partir de então destaca-se a política de preços mínimos do Governo.

Com o objetivo de fornecer ao produtor rural uma garantia contra declínios acentuados de preços com efeitos prejudiciais à sua renda, foi criada a PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos). Tal política tem no EGF (Empréstimos do Governo Federal) e na AGF (Aquisições do Governo Federal) seus instrumentos básicos.

É nesse contexto que se desenvolve a produção baiana de soja, num fenômeno denominado como "ilhas de prosperidade"⁶, onde são verificadas mudanças e modernização na agricultura do estado em regiões específicas (Oeste, Extremo Sul e Vale do São Francisco). Esse desenvolvimento "localizado" ocorre a partir da formulação de grandes projetos nacionais feitos em acordo com os complexos agroindustriais instalados, em sua maioria, no sul do país.

1.2. O Papel das Cooperativas na Ocupação dos Cerrados do Oeste Baiano

O crescimento da área plantada e da produção em volume de soja no Oeste da Bahia tem sido vertiginoso e, embora a ocupação por esta lavoura ainda seja relativamente pequena no conjunto da região, isso não impede que a agricultura capitalista seja de importância primordial em relação a outras atividades regionais.

6. CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de et alii. (1991)

Observa-se ainda, que "a partir de 1980, ..., podemos, ..., afirmar que o papel das cooperativas tem sido de extrema importância no avanço da agricultura de cerrados. É na década de 80 que as grandes cooperativas centrais do Sudeste e Sul do país, originárias de áreas de cerrados ou com experiência nessas regiões, como a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), a COARCERAL, a COPERMOISA, se implantaram na região Oeste da Bahia. Assiste-se ainda à criação de uma grande cooperativa local, a COPERSEL."⁷

As cooperativas são fundamentais para a realização do processo produtivo, quando se trata da agricultura capitalizada nos cerrados baianos. Elas atuam como principais responsáveis pelo fornecimento dos elementos materiais da produção, a exemplo de sementes e produtos químicos; como também oferecem o serviço de aluguel de tratores e colheitadeiras, acompanhados de assistência técnica.

Por outro lado, as cooperativas intervêm também, assegurando a comercialização e o crédito. Quanto à comercialização, as cooperativas, seguidas das companhias agroindustriais, asseguram aos produtores cooperativados maiores opções de venda para a produção e pagam um preço que constitui um preço mínimo de garantia. Com relação aos vínculos entre estas e

7. SANTOS FILHO, Milton, op. cit., p. 64

os bancos, as dimensões e frequência dos negócios realizados entre as partes, fazem das cooperativas um canal fundamental de acesso ao crédito bancário, em especial para os produtores descapitalizados (as cooperativas eram, em 1987, responsáveis por 93% do fornecimento de crédito à esses produtores, contra apenas 7% fornecidos pela EMATER).⁸

"No caso da soja, produto destinado em parte ao mercado internacional, o papel das cooperativas, ainda na área da comercialização, é, por isso mesmo, mais abrangente. Isto porque a sua estrutura agroindustrial permite que sejam alcançados mercados externos para os produtos exportáveis da região, o que não seria facilmente conseguido por produtores individuais dissociados das organizações cooperativas ou de quaisquer outros grandes grupos empresariais que venham a cumprir o papel de colocação dos seus produtos no mercado internacional."⁹

1.3. Metodologia e Delimitação Operacional da Região

A região Oeste da Bahia passou, recentemente, por uma nova reestruturação político-administrativa. A estrutura que vigorava desde o período entre 1958 e 1962, subdividia a região em 25 municípios, os quais ocupavam uma área de

8. OESTE da Bahia (1987)

9. SANTOS FILHO, Milton, op. cit., p. 163

Estado

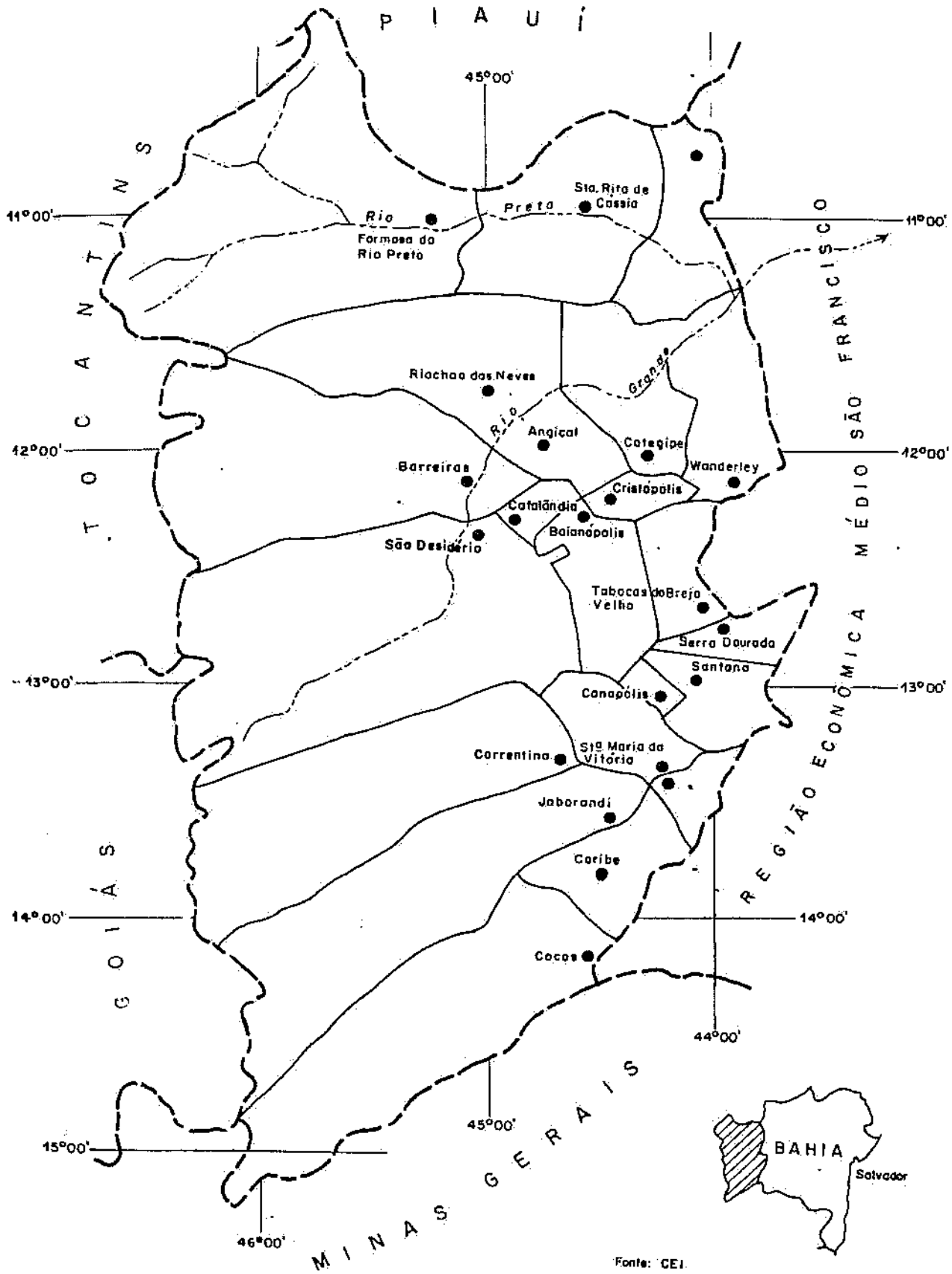
DIVISÃO ATUAL DAS REGIÕES ECONÔMICAS



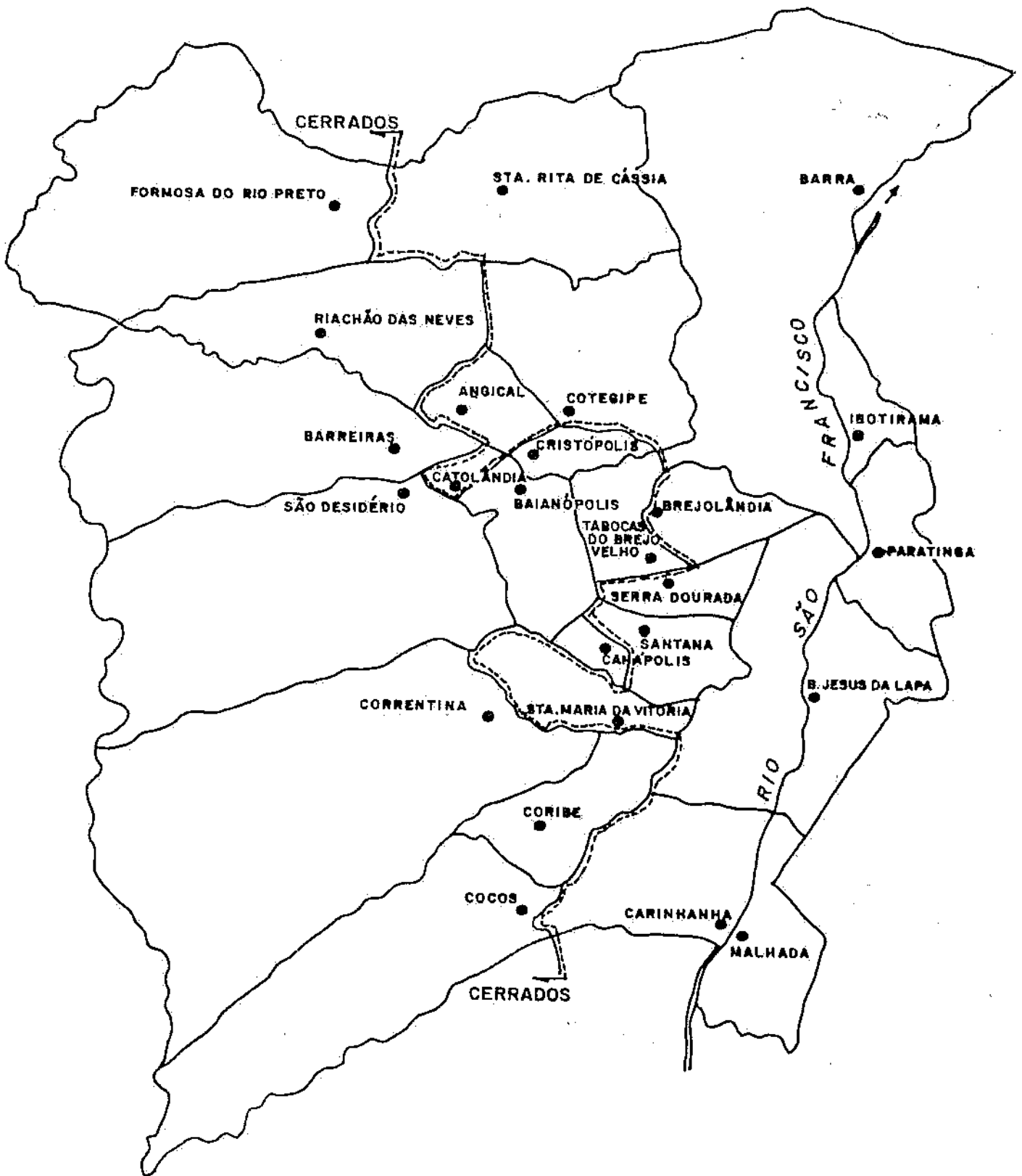
FONTE: CEI

Região Econômica Oeste

DIVISÃO ADMINISTRATIVA ATUAL



DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO OESTE BAIANO APÓS 1958/62



As maneiras de estudar uma região podem divergir bastante, as distintas delimitações realizadas num mesmo espaço refletem as diferentes abordagens ou períodos históricos por que passa a região. No caso do Oeste da Bahia existem duas delimitações.

A primeira, proposta pelo IBGE, tem como base as microrregiões homogêneas. De acordo com este recorte, o Oeste baiano faria parte das microrregiões Chapadões do Rio Corrente (MRH 132), Chapadões do Alto Rio Grande (MRH 131), Baixo Médio São Francisco (MRH 133) e Médio São Francisco (MRH 134), e os cerrados estariam restritos apenas às duas primeiras. Entretanto, esta delimitação adapta-se melhor ao regime de produção anteriormente presente no "Além São Francisco", quando todas as atividades econômicas e sociais estavam vinculadas aos rios e suas bacias, cada uma com suas peculiaridades, onde a agricultura de vales e as atividades ribeirinhas exerciam um papel fundamental.

A outra delimitação, proposta pela Secretaria de Planejamento e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC), tem como base a relação condições naturais/potencialidade agrícola, incorporando desde a diversidade dos recursos naturais - subdividindo o Oeste baiano em cerrados (uma sub-região) e caatinga (duas sub-regiões) - até a influência dos fluxos migratórios que acompanharam as vias de acesso encontradas na área. Diante disso, esta delimitação

possibilita "trabalhar com o conjunto da área sob efeito do processo de penetração do capital."¹⁰

Essa delimitação estipula 03 (três) sub-regiões para o Oeste da Bahia: 1) sub-região dos Cerrados; 2) sub-região do Rio-Grande; e 3) sub-região do Rio-Corrente. Integram a sub-região "Cerrados" do Oeste baiano os seguintes municípios:

- Baianópolis
- Barreiras
- Canápolis
- Cocos
- Coribe
- Correntina
- Cristópolis
- Formosa do Rio Preto
- São Desidério
- Tabocas do Braço Velho

Cumpra ressaltar, contudo, que esta delimitação não está isenta de problemas¹¹, mas é a mais adequada ao estudo aqui proposto, visto que os contornos regionais por ela estabelecidos pressupõem também a ação do capital sobre a região.

10. SANTOS FILHO, Milton, op. cit., p. 59

11. SANTOS FILHO, Milton, op. cit., p. 60

2. A ECONOMIA DA SOJA

2.1. No Contexto Mundial

Originária da Ásia, cultivada na China há milênios e comercializada durante séculos apenas no Oriente, a soja tornou-se uma planta universal.

Observa-se que a história da soja, ao longo dos dois últimos séculos, é caracterizada por uma série de mudanças no mapa de distribuição da sua produção e do seu comércio internacional. No início deste século, a Mandchúria era o principal país produtor e o Japão, o principal importador. Em meados da década de 30, o estímulo da Associação Americana da Soja, possibilitou o desenvolvimento deste grão em escala mundial. Em 1949, a Revolução Chinesa suspende as exportações de soja da Mandchúria e os Estados Unidos assumem o primeiro lugar na produção mundial da oleagínosa.

Em função da sua ampla utilização na alimentação humana e animal e sua possibilidade de industrialização (obtenção de óleo e de um resíduo, a torta, utilizada na alimentação animal), aliado ao fato de possuir o teor protéico por hectare maior do que qualquer outra cultura, a soja tem ganho espaço no mercado mundial e hoje é a mais importante oleagínosa em produção sob cultivo extensivo.

A soja tornou-se uma peça fundamental do expansionismo agrícola norte-americano. Enquanto primeiro país produtor e exportador de soja, os Estados Unidos mantêm-se na liderança do volume mundial produzido.

O progresso da produção americana esteve inicialmente vinculado às evoluções nas utilizações industriais deste grão, que modificaram a sua condição de cultura predominantemente forrageira (como era no Oriente) para a de consumo humano (produção de óleo e margarina).

" Uma das primeiras fábricas de beneficiamento da soja surge em 1922 nos Estados Unidos, criada pela A.E. Staley, estimulando o fortalecimento de um mercado nacional através do aumento da produção de grãos e surgimento de novas indústrias, levando os primeiros industriais a se organizarem, já em 1930 em Chicago, através da National Soybean Oil Manufacturers."¹²

A partir da segunda metade da década de 20, a agricultura americana enfrentou uma crise de superprodução, especialmente do milho e do algodão. Aliado a esse problema, o aumento da mecanização no campo reduziu as necessidades de cereais para os animais de tração e liberou novas áreas agricultáveis. A soja aparece neste cenário como cultura alternativa, com mercado estável garantido pela indústria e

12. SEPLANTEC - CPE. Plano Diretor Urbano de Barreiras (1989, p.33)

benefícios oriundos das pesquisas realizadas no plano de combate à erosão, organizado pelo Ministério da Agricultura, universidades e empresas norte-americanas.

A Segunda Guerra Mundial favoreceu os Estados Unidos, reforçando sua produção de óleo de soja; pois, após o ataque japonês, que levou ao isolamento do país das suas fontes de abastecimento de oleaginosas, o Governo americano passou a subsidiar a produção de matérias graxas e alimentícias.

" Formar-se, nos Estados Unidos, um verdadeiro complexo de atividades centrado na soja, associando produtores, industriais, comerciantes e pesquisadores que, organizando-se, conseguem a proteção do Estado."¹⁹

A partir de 1948, dois acontecimentos iriam impulsionar as exportações americanas de soja, fazendo com que os Estados Unidos substituíssem a China no mercado internacional deste grão, foram eles: a Revolução Chinesa, que levou este país a utilizar a soja produzida internamente para o abastecimento do seu próprio mercado; e o lançamento do Plano Marshall, o qual objetivava a reconstrução da Europa e para isso procurou fomentar o intercâmbio comercial externo, especialmente de produtos alimentares.

19. BERTRAND, Jean-Pierre et alii (1987, p. 64)

A difusão da modernização da criação (modelo intensivo) e dos hábitos alimentares americanos, para a Comunidade Económica Europeia (CEE) e para o Japão, surge como uma forma de penetração da soja americana nesses países.

Com a consolidação da soja, no final dos anos 60, como elemento de referência ao mesmo tempo para o abastecimento das criações intensivas e para a fabricação de substâncias graxas, ela conquista o primeiro lugar entre as oleaginosas comercializadas no mercado internacional.

Neste contexto, verifica-se um aumento da capacidade de produção instalada nos Estados Unidos. O óleo de soja passa a competir com as oleaginosas "tradicionais" (amendoim, algodão, azeitona, etc.) e a torta de soja ganha um expressivo significado para os novos modelos de produção em desenvolvimento (alimentação animal).

O início da década de 70 é marcado por várias perturbações no mercado internacional de produtos agrícolas. A partir de 1969, as autoridades americanas passaram, via política de preço, a limitar a expansão da produção interna de soja. Entre 1970 e 1972, a diferença entre o preço de apoio e o preço de mercado sofreu um aumento expressivo, levando os agricultores a conterem as expansões na produção, a fim de evitar perdas na comercialização da safra. Criou-se, deste modo, uma grande proximidade entre oferta e demanda de soja,

tornando o equilíbrio de mercado vulnerável às quedas na oferta de outras matérias oleaginosas. Foi o que ocorreu em 1973.

Como forma de proteger seu mercado e assegurar o abastecimento do seu rebanho, os Estados Unidos decretaram, a 27 de junho de 1973, um embargo provisório sobre as exportações de grão e de torta de soja, pondo em risco a grande maioria das criações européias e japonesas, de aves e suínos. No início de julho do mesmo ano, o embargo tornou-se mais brando e as falhas no abastecimento mundial foram raras. A subida vertiginosa dos preços da soja durante esse período, fez com que, mesmo após a crise, estes permanecessem muito elevados (cerca de duas vezes acima do nível dos anos 70) apesar de já terem cessado os problemas de abastecimento.

Essa crise evidenciou a grande dependência dos países europeus e do Japão em relação ao consumo de soja, especialmente no tocante à criação animal. Foi também após a crise que tornou-se possível observar a amplitude e a força do "complexo americano da soja", e a fragilidade do sistema mundial. Diante de tal dependência, os países compradores de soja passaram a buscar soluções de substituição (Tabela I).

TABELA I

PRODUÇÃO MUNDIAL DAS PRINCIPAIS OLEAGINOSAS
(em milhares t)

ANO	SOJA	GIRASSOL	COLZA	OUTROS(**)	TOTAL
1980	93,7	15,2	10,1	46,8	165,8
1988	102,4	19,7	22,4	53,4	197,9
1998/2002	140,0	27,4	27,4	70,1	268,1

FONTE: Fundação Centro de Projetos e Estudos - CPE, 1988
(**) Amendoim, Caróço de Algodão e Copra

Através da realização de programas de pesquisa, em busca da auto-suficiência protéica e de fontes alternativas de abastecimento, surgem as opções das tortas de colza e de girassol (Tabelas II e III). No entanto, essas oleaginosas não se mostraram satisfatórias em função da rápida elevação dos seus preços e da relativa escassez na produção.

TABELA II

CONSUMO MUNDIAL DOS PRINCIPAIS ÓLEOS VEGETAIS
(em milhões t)

ANO	SOJA	PALMA	GIRASSOL	COLZA	OUTROS(**)	TOTAL
1980	12,4	4,5	4,7	3,3	10,5	35,4
1988	14,7	8,5	6,7	7,1	10,5	47,5
1998/2002	22,4	17,4	10,1	11,3	12,8	74,0

FONTE: Fundação Centro de Projetos e Estudos - CPE, 1988
(**) Amendoim, Caróço de Algodão, Coco e Oliiva

TABELA III

CONSUMO MUNDIAL DOS PRINCIPAIS FARELOS PROTÉICOS
(em milhões t)

ANO	SOJA	GIRASSOL	COLZA	OUTROS(**)	TOTAL
1980	58,1	5,8	5,3	19,5	88,7
1988	68,3	7,9	11,8	22,3	110,3
1998/2002	103,9	11,8	17,0	32,7	165,4

FONTE: Fundação Centro de Projetos e Estudos - CPE, 1988

(**) Amendoim, Caroco de Algodão, Peixe e Copra

É nesse cenário que se expande a sojicultura no Brasil, o qual já produzia esse grão e, por esta razão, desperta nos japoneses fortes interesses comerciais para compras maciças de soja.

2.2. No Brasil

A expansão da soja no Brasil data de apenas quinze anos atrás, entretanto, a partir da década de 80, passa à condição de maior lavoura de exportação do país. Em 1985 a área colhida já ultrapassava 10 milhões de hectares, com uma produção superior a 18 milhões de toneladas, enquanto, em 1960 a soja não ocupava mais de 170.000 hectares e, em 1970, apenas 1,9 milhões (Tabela IV).

TABELA IV
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E PRODUTIVIDADE
MÉDIA DE SOJA BRASILEIRA

ANOS	PRODUÇÃO (1000 t)	ÁREA COLHIDA (1000 Ha)	PRODUTIVIDADE (Kg/Ha)
1965	523	432	1.212
1970	1.509	1.319	1.144
1975	9.892	5.824	1.699
1980	15.156	8.774	1.727
1985	18.279	10.153	1.800
1989	24.071	12.211	1.971
1990	19.888	11.481	1.732
1991	14.768	9.514	1.552

Fonte: AEB - IBGE

Introduzida inicialmente nos estados do Sul do país, Rio Grande do Sul e Paraná, a cultura de soja vai, ao longo das duas últimas décadas, expandir-se pelo território brasileiro, alcançando os estados de São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Amazonas e Maranhão (Tabela V).

TABELA V
SOJA EM GRÃO
QUANTIDADE PRODUZIDA
(1000 t)

ESTADOS/ANOS !	1965 !	1970 !	1975 !	1980 !	1985 !	1990
RS !	463.153 !	976.807 !	4.688.521 !	5.737.170 !	5.711.149 !	6.313.476
PR !	44.111 !	368.000 !	3.624.946 !	5.400.192 !	4.413.000 !	4.649.752
SC !	5.123 !	52.998 !	467.160 !	718.764 !	563.882 !	537.365
! SP !	8.862 !	90.086 !	678.000 !	1.099.058 !	960.386 !	937.200
GO !	— !	9.817 !	73.398 !	455.794 !	1.356.240 !	1.258.440*
MT !	755 !	8.995 !	— !	117.173 !	1.656.039 !	3.064.715
MG !	114 !	1.806 !	87.375 !	289.542 !	882.607 !	748.794
BA !	1.058 !	25 !	— !	2.224 !	75.600 !	220.416
MS !	— !	— !	272.624 !	1.322.082 !	2.558.720 !	2.038.614
TOTAL/BRASIL !	523.176 !	1.508.540 !	9.892.735 !	15.155.804 !	18.278.422 !	19.887.642

Fonte: AEB - IBGE

* Excluída a produção do estado de Tocantins

Durante a época do "milagre", a necessidade de obtenção de um excedente comercial para cobrir as importações de tecnologia e petróleo - estimuladas pela política de substituição de importações adotada pelo Governo brasileiro - estimulou o fomento à modernização da agricultura e ao aumento da produção para exportação.

O apoio seletivo do Estado, através de taxas de juros negativas, estava direcionado, primordialmente, às culturas de exportação - não tradicionais -, passíveis de industrialização.

Dentro deste contexto, a soja encaixa-se perfeitamente às exigências dessa política agrícola.

" No caso do Rio Grande do Sul, a infra-estrutura de transporte e armazenagem existente para o trigo, passa a ficar disponível para a soja e no Paraná, as geadas e a crescente erosão do solo que prejudicavam a produção cafeeira no final da década de 60, motivaram a inserção da soja como cultura alternativa."¹⁴

Ainda durante o "milagre econômico brasileiro", observa-se a atração de capitais e "know-how" das empresas multinacionais através da concessão de incentivos fiscais, rentabilidade elevada e baixo custo da mão-de-obra.

Impulsionada por uma acentuada queda na safra de trigo em conjunto com o embargo americano, que levou à elevação dos preços internacionais dos produtos agrícolas, a produção brasileira de soja só apresentou seu verdadeiro "boom" em 1973. Com a entrada maciça do Brasil e outros países latino-americanos, como Argentina e Paraguai, na produção mundial de soja, a participação dos Estados Unidos no total da produção mundial (70% em 1970) irá declinar sensivelmente.

Cabe ressaltar que o aumento da demanda mundial de soja não poderia ser suprido pelos Estados Unidos, sem que houvesse

14. BEPLANTEC - CPE. Plano Diretor Urbano de Barreiras, op. cit., p. 34

redução em outras das suas produções estratégicas, como o milho e o trigo.

Deste modo, os Estados Unidos têm a sua posição de quase monopolista em 1970, reduzida, em 1983, para 55,3%, chegando a 1989/90 com desempenho semelhante; 48,9% do total mundial produzido.

Enquanto isso, a produção brasileira que em 1970 restringia-se a 1.509.000 t, passa em apenas 13 anos a 14.802.000 t, representando 18,6% da produção mundial e alcançando o 2º lugar no ranking dos principais países produtores (Tabela VI).

TABELA VI
COMPLEXO SOJA 1989/90
Principais Países Produtores, Exportadores e Importadores
(Em Milhões de t)

	PRODUÇÃO			EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	Soja em Grão	Farelo	óleo	Soja em Grão	Farelo	óleo	Soja em Grão	Farelo	óleo
1. Estados Unidos	51.4	23.7	5.5	15.7	4.6	0.6	-	-	-
2. Brasil	20.5	12.9	3.1	4.2	10.4	1.0	-	-	-
3. Argentina	10.5	5.8	1.2	2.5	5.3	1.0	-	-	-
4. China	12.0	3.9	0.7	-	-	-	-	-	-
5. CEE	-	9.6	2.1	-	4.4	-	12.0	12.6	0.5
6. Japão	-	2.9	0.7	-	-	-	4.4	-	-
TOTAL MUNDIAL	104.9	69.8	15.8	25.8	27.5	3.9	25.5	27.7	3.0

Fonte: ABIOVE - Associação Brasileira de Indústrias de óleos Vegetais
Quadro Publicado em "Programa de Desenvolvimento Agro-Industrial
para o Deste Baiano" - Companhia de Ação Regional - CAR/SEPLANTEC, 1992.

No decorrer da década de 80, a produção brasileira de soja expandiu-se em escala nacional e a sua distribuição espacial

sofreu grandes alterações, descentralizando-se no interior do território nacional, sobretudo nos Cerrados, os quais apresentavam custos de produção inferiores aos praticados nas áreas de cultivo tradicionais.

Essa posição, de 2ª maior produtor e ofertante mundial de soja, foi conservada pelo Brasil no decorrer da década, na qual verificou-se uma produção recorde em 1989, 24.071 mil toneladas para uma área colhida de 12.211 mil ha, com uma produtividade de 1.971 Kg/ha.

2.3 Na Bahia

A ocupação acelerada, generalizada e mais recente dos Cerrados do Oeste baiano confirma o movimento de proliferação das relações de produção capitalistas e paralela implantação de projetos de investimentos de grande porte, acompanhados da instalação de grandes empresas e cooperativas.

A emergência de alguns cultivos, na década de 70, no estado da Bahia esteve associada à implementação de políticas governamentais, à ocupação da fronteira agrícola estadual e à substituição de áreas ocupadas com produção de outros alimentícios, lavouras tradicionais e de subsistência (principalmente o feijão, a mandioca e o milho).

"A partir da década de 60 tem se identificado um movimento de capitais para o Oeste baiano, que pode ser justificado pela ação estatal via estímulo financeiro e projetos dirigidos predominantemente à pecuária."¹⁵

O crescimento regional a partir da década de 70, esteve associado à implementação de políticas governamentais de ocupação da fronteira agrícola estadual, que se concretiza por uma expansão mais especulativa e que se realiza também, através da apropriação de pequenos e médios produtores e da posse de terras desocupadas. A expansão da atividade pecuária é realizada através da integração das terras da região ao circuito capitalista. Todavia não se verificou um uso mais racional das terras, face ao próprio tipo de criação extensiva e a disponibilidade de terras existente.

O baixo preço do fator terra, juntamente com o crédito, passam a ser elementos importantes para a atração de capitais privados oriundos do Sul do país (famílias, empresas de médio e grande porte, e cooperativas). O encarecimento das terras nas regiões mais desenvolvidas, onde as densidades de capital e população já se encontram bastante elevadas, possui uma alternativa na oferta de terras a baixíssimos preços nas novas áreas de Cerrado do

15. SEPLAN/TEC - CPE. Plano Diretor Urbano de Barreiras, op. cit., p. 36

Deste baiano, onde a relação para aquisição de terras é de 20 hectares para cada um vendido no Centro-Sul do país.

A dinâmica da produção de grãos, em função da velocidade de transformações que tem proporcionado na região, tem provocado também conflitos sociais, em razão da concentração fundiária, que determina problemas relacionados ao acesso à terra e conseqüente êxodo rural. Este último por sua vez, vem provocando o inchamento das cidades, a favelização, o desemprego disfarçado e a redução da oferta regional de produtos alimentares necessários à subsistência local.

A produção de grãos no Deste baiano, na safra 1987/88, foi de 502.920 toneladas, com participação de 75,2% da soja, cuja produção foi de 378.000 toneladas. Com uma produção de grãos na safra 1991/92, em torno de 800 mil toneladas, a região Oeste da Bahia já se constitui na maior área produtora de grãos do Nordeste brasileiro.

A lavoura de soja na Bahia tem evoluído largamente, passando de uma condição inexpressiva no início da década de 80, para o 6º lugar no ranking dos principais produtos baianos segundo o valor da produção agrícola em 1989-1991, (Tabela VII) merecendo destaque no contexto estadual, enquanto principal promotora do desenvolvimento agrícola dos cerrados baianos.

TABELA VII

RANKING DOS PRINCIPAIS PRODUTOS BATANDS SEGUNDO O VALOR DA
PRODUÇÃO AGRÍCOLA COM A MÉDIA 1980/81/82 E 1989/90/91

1980-1982		1989-1991	
Produtos	%	Produtos	%
Cacau	46,6	Cacau	40,6
Mandioca	13,3	Café	11,1
Café	7,1	Mandioca	10,0
Feijão	6,0	Feijão	5,8
Cana-de-açúcar	5,0	Cana-de-açúcar	4,5
Fumo	3,7	Soja	3,7
Banana	3,4	Banana	3,5
Sisal	2,3	Laranja	3,2
Milho	2,0	Cebola	3,1
Coco da baía	2,0	Coco da baía	2,5
Mamona	1,7	Sisal	2,2
Cebola	1,6	Tomate	2,2
Laranja	1,6	Algodão herbáceo	2,2
Algodão herbáceo	1,5	Milho	1,9

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal - PAM

Cálculos: CEI, Centro de Estatística e Informações

" A área destinada à produção regional tem se concentrado entre a divisa do estado de Goiás e o município de Barreiras, apresentando como principais municípios produtores: Formosa do Rio Preto, São Desidério, Coribe, Correntina, Balanópolis, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e Barreiras (Tabela VIII). Do potencial disponível com aptidão de terras para a soja, apenas 10% foram explorados; estimando-se em pelo menos 15 anos o tempo em que esse potencial deverá ser plenamente utilizado, já que a apropriação anual de terras não deverá superar 10%a.a. do potencial existente.

A irradiação desse processo nesta micro-região, deve-se provavelmente à localização da cidade de Barreiras, o mais

importante centro regional do Oeste baiano, responsável tradicionalmente, pela comercialização do gado entre a Bahia e outras áreas do Nordeste e da região Centro-Oeste do país, bem como pela expansão do capital de outras regiões do país, mais especificamente de Piauí e Pernambuco.¹⁶

TABELA VIII

PRODUÇÃO BAIANA DE SOJA (EM GRÃO)
1990

MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	ÁREA COLHIDA (Ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (T)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/Ha)
TOTAL.....	360 015	220 416	612
EXTREMO OESTE BAIANO.....	360 000	220 402	612
BARREIRAS.....	285 000	177 652	623
BAIANÓPOLIS.....	2 752	1 679	610
BARREIRAS.....	79 261	49 935	630
FORMOSA DO RIO PRETO...	38 645	23 187	600
RIACHÃO DAS NEVES.....	17 144	10 852	632
SÃO DESIDÉRIO.....	147 198	91 999	625
SANTA MARIA DA VITÓRIA...	75 000	42 750	570
CORRENTINA.....	75 000	42 750	570
CENTRO SUL BAIANO.....	15	15	933
SEABRA.....	15	15	933
MUCUGÊ.....	15	15	933

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) - IBGE

Paralelamente a esse processo de expansão agrícola - e em decorrência do mesmo -, constata-se o crescente desenvolvimento da agroindústria regional. Dentro desse contexto, destaca-se a implantação de duas grandes indústrias processadoras de soja em Barreiras: a Olvebasa em 1988, com 16. Ibidem

capacidade esmagadora de 270 mil t/ano, e a Ceval, inaugurada em 1992, com capacidade de esmagar 450 mil t/ano.

A parcela preponderante dos grãos e derivados é comercializada atualmente no mercado interno, principalmente no Nordeste.

O escoamento da produção é feito, basicamente, por via rodoviária, prevendo-se, em 1992, por via fluvial - rio São Francisco -, até Petrolina, apenas 40 mil toneladas de grãos.

A expectativa para os próximos anos é de aumento expressivo da produção de grãos no cerrado baiano e, conseqüentemente, de fluxos transportáveis. Segundo levantamento junto às grandes cooperativas da região, como a Cotia, a Coarcerai e Cöpergel, além da soja, também o milho, o feijão e o arroz ocuparão papel de destaque nesse processo de expansão.

No caso específico da soja, dois fatores se combinam para uma expectativa positiva: a demanda crescente do mercado externo; e a pequena representatividade do percentual utilizado (apenas 10%) da terras aptas ao cultivo de grãos existente nos Cerrados baianos (em 1991, cerca de 78,8% da área plantada na região foi ocupada pela soja).

As previsões para a lavoura de soja no Oeste do estado, são otimistas, estima-se que esta evoluirá de 480 mil toneladas em 1991/92 para 1,7 milhões em 1995.¹⁷

A esse nível de produção, a estimativa é que cerca de um milhão de toneladas seja destinada à exportação, sob forma de derivados - principalmente farelo -, enquanto o restante, 700 mil toneladas, será consumida no mercado interno, especialmente na região Nordeste.¹⁸

17. QUEIROZ, Luiz Noveas de (1992, p. 04)

18. Ibidem

3. O GOVERNO DO ESTADO E A OCUPAÇÃO ECONÔMICA DOS CERRADOS BAIANOS NA DÉCADA DE 80

3.1. Visão Global da Ocupação

A ocupação do Oeste baiano pode ser dividida em duas grandes fases. A primeira frente de ocupação data do início do século XVIII, até o final da década de 60, do presente século, quando a penetração da pecuária por via fluvial (rios São Francisco, Grande e Preto) deu origem aos primeiros povoados. Durante esse período, toda a região se resumia numa imensa reserva territorial (onde o título de propriedade da terra é imobiliário), com nível de atividade econômica inexpressivo, lento processo de ocupação e baixo fluxo de renda.

A segunda frente de ocupação caracteriza-se pela penetração do capital e a modernização da agricultura. O marco principal desta fase são as modificações do sistema de transporte através da implantação de importantes rodovias interestaduais (BR-020/242, Salvador/Brasília; BR-020/135, Brasília/Fortaleza) que rompeu o isolamento regional, viabilizando o surgimento de fatores de mudança, que transformaram o Oeste de reserva territorial, no primeiro momento, para território de reserva de valor (o título de propriedade da terra passa a ter valor mobiliário, dando, ao

proprietários, a condição de crédito, inerente à agricultura capitalista, e a possibilidade de especular com a terra).

"A implantação do eixo viário ligando a região à capital do estado e, em sentido oposto, em menor distância, ao Distrito Federal, - ainda carente de complementação - faz com que essa extensa área assuma um caráter estratégico, sobretudo por seus recursos e fatores naturais, ... , aliados a uma topografia que favorece grandemente a mecanização intensiva, requisito da moderna agricultura."¹⁹

Com abertura da rede viária, os rios deixam de ser a principal via de transporte significando uma maior facilidade no comércio intra e inter-regional e ampliando o relacionamento do Oeste com outros importantes centros urbanos (principalmente Brasília).

O desenvolvimento do centro urbano de Barreiras, por exemplo, foi impulsionado pela construção de vias estruturais; da hidrelétrica de Correntina; a transferência de 1.000 famílias de funcionários para a construção da BR-242; o sedramento da CODEVASF e implantação de projetos de colonização e irrigação; etc. Tais projetos promoviam modernas técnicas e procedimentos de exploração da terra, com a introdução de novas culturas e padrões produtivos.

19. BAHIA. Governo do Estado. Ocupação Econômica do Oeste - CEPLAB (1980)

Esse conjunto de fatores, destacando-se a posição geográfica, resultou na valorização das terras e na decisiva integração da região no mercado de terras nacional.

Revela-se, portanto, uma redescoberta do além São Francisco para a concentração da atividade econômica. A região passa a atrair novos investidores e grandes empresas, que começam a se estabelecer no local.

O processo de valorização das terras altera a estrutura de produção local; substituindo o latifúndio e os minifúndios por uma nova propriedade latifundiária, porém com perfil "... fundamentalmente capitalista voltado para as culturas de grande escala. Como consequência, ampliou-se a pressão sobre a terra, implicando em grilagem e expulsão de posseiros tradicionais; simultaneamente, ocorreu uma intensificação no processo de regularização fundiária, uma vez que tal condição era fundamental para os incentivos creditícios criados pelo governo para impulsionar a produção moderna."²⁰

"A inserção do Oeste, como espaço voltado a produção dinâmica, aliada a necessidade de expansão territorial do capital, por vários motivos: altos custos de terras nas áreas (Sul e Sudeste) tradicionais de instalação do capital moderno; os riscos climáticos (secas, enchentes, geada)

20. SEPLANTEC - CPE. Plano Diretor Urbano de Barreiras, op. cit., p. 27

capazes de prejudicar a produção, aliados aos incentivos governamentais, têm favorecido a dinamização da agricultura no Oeste nos anos 80, principalmente pelo desenvolvimento do plantio de soja na região."²¹

"... a ocupação efetiva (pela soja) resultou, em parte, da ação do Plano de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PADDF-, que atraiu para os cerrados, em Goiás, produtores do Sul do país, principalmente do Rio Grande do Sul e do Paraná, ... Após a ocupação em Goiás, área contígua de cerrado, encontra-se o Oeste da Bahia, por onde se estende o cerrado e para onde se deslocaram os produtores e especuladores."²²

Como já foi destacado no capítulo anterior, a sojicultura tem sido a grande propulsora do desenvolvimento agrícola dos Cerrados do Oeste Baiano, desde o início da década de 80.

"O sistema de cultivo dinâmico da soja vem acompanhado de mudanças radicais na organização do processo produtivo revolucionário para os padrões tradicionais do Oeste baiano"²³, alterando a divisão social do trabalho (produção mecanizada substituindo a mão-de-obra permanente pela temporária) e possibilitando a organização do crédito e da infra-estrutura de serviços.

21. Ibidem

22. CEI - BA (1985, p. 25)

23. SEPLANTEC - CPE. Plano Diretor Urbano de Barreiras, op. cit., p. 43

"Ocorre que este processo de crescimento rápido não tem sido acompanhado de oferta de infra-estrutura urbana básica nem de apoio às demandas sociais (emprego urbano, fundamentalmente) revelando uma tendência perigosa de concentração urbana sem correspondência de atendimento das necessidades básicas."²⁴

Os produtores e colonos que migraram para o Oeste da Bahia, normalmente agrupados e organizados em cooperativas, constituem uma permanente demanda de equipamentos infra-estruturais e de tecnologia, superando largamente a capacidade de atendimento regional.

Em consequência, cabe ao Estado centralizar suas ações nesta região de forma a atender às inúmeras necessidades provenientes do rápido processo de ocupação, com o objetivo de coordenar estrategicamente o mesmo, visto que existem inúmeras indicações de que os Cerrados do Oeste da Bahia deverão ampliar sua importância a nível estadual e nacional, revelando-se, principalmente, como grande centro graneleiro.

24. SEPLANTEC - CPE. Plano Diretor Urbano de Barreiras, op. cit., p.27

3.2. As Propostas Governamentais para a Região

No período delimitado para estudo, que se estende de 1980 a 1990, a Bahia teve três governos distintos (Governo Antônio Carlos Magalhães - 1979/1983-; Governo João Durval - 1983/1987 -; Governo Waldir Pires - 1987/1991), sendo que no último, o governador eleito, Sr. Waldir Pires, foi substituído pelo vice-governador da sua administração, Sr. Nilo Coelho, em 1989.

Durante toda a década, verificou-se uma forte disposição por parte dos governos do estado em promover o desenvolvimento do Oeste baiano. Através dos Programas de Governo e de programas regionais específicos, torna-se possível destacar e confrontar as deferentes proposições elaboradas ao longo deste período.

- Governo Antônio Carlos Magalhães - ACM (1979/1983)

O Governo ACM, enumerava em seu programa inicial 03 (três) metas centrais. Dentre elas, uma buscava o desenvolvimento, na Bahia, de atividades rurais altamente rentáveis, destacando-se as culturas de soja e do café; e outra, visava a tomada e ocupação econômica do Oeste da Bahia, região que até então encontrava-se isolada do restante do estado.

No tocante à meta relativa à ocupação econômica do Oeste, alguns aspectos foram abordados como de maior relevância, inclusive com a programação de ações: articulação inter e intra-regional; fortalecimento dos centros urbanos; e desenvolvimento agropecuário.

A articulação viária inter e intra-regional deveria ser alcançada via execução de um conjunto de obras viárias destinadas a promover a interligação do Oeste do estado com a Região Metropolitana de Salvador - RMS (inserindo-o em sua esfera de influência econômica) e efetivar a articulação do espaço regional. Destacam-se nesta ação, a complementação da BR-242 (pavimentação do trecho Ibotirama-Barreiras) e a construção da ponte sobre o Rio São Francisco.

O fortalecimento dos centros urbanos seria obtido mediante a melhoria do nível de serviços, infra-estrutura física e equipamentos urbanos das principais localidades existentes na área, como Barreiras, Santa Maria da Vitória, Santana e Barra.

Quanto ao desenvolvimento agropecuário, vislumbrava-se a participação no grande projeto nacional de incorporação econômica dos Cerrados, com a introdução de culturas rentáveis baseadas na exploração agrícola moderna e da pecuária.

Destacavam-se, dentro deste programa inicial da administração ACM, OS (três) metas secundárias, complementares aos objetivos básicos do Governo: a) interiorização do desenvolvimento econômico (abrangendo programas de agroindústrias, mineração, eletrificação rural e estradas vicinais); b) a cobertura social (popularização dos serviços básicos essenciais); e c) a reativação de prioridades já definidas e iniciadas em administrações anteriores.

Detendo-se ainda ao Governo ACM, em 1980 foi elaborado pelo DEFLAB, um Programa Básico de Ocupação Econômica do Oeste com a finalidade de compatibilizar as intervenções federais (projetos desenvolvidos pela CODEVASF, CHESF, POLONORDESTE, INCRA, etc) e estaduais em processo, incorporando a região à dinâmica da economia do estado.

Neste programa, o Governo estadual limitava sua ação, basicamente, a complementar os objetivos dos diversos programas especiais atuantes na região e, visava também, promover a exploração econômica dos cerrados, a introdução de novas culturas e a implantação de uma moderna agricultura.

Com relação à infra-estrutura, este programa dedicava uma atenção especial a área de transportes. A implantação de um suporte rodoviário básico, era visto como o ponto de partida

para qualquer programa de inclusão do Oeste baiano no processo de desenvolvimento econômico do estado.

Na programação proposta para a infra-estrutura econômica, 04 (quatro) pontos estavam voltados para melhorias relacionadas à área de transportes (articulação viária inter e intra-regional, estradas vicinais; desenvolvimento da navegação no São Francisco; aeródromos e transporte aéreo), outros 03 (três) cobriam: eletrificação, telecomunicações, construção de poços e abastecimento de água na região.

Dentro da programação de investimentos do Setor Público para a região, no período de 1977 a 1982, seriam gastos em infra-estrutura econômica, o equivalente a US\$ 28,108,134.44, sendo que US\$ 157,010.19 correspondiam a obras já realizadas no período de 1977 a 1979.

Cabe ressaltar que a grande maioria dos recursos destinados para essas obras tinham suas fontes no BNDE (45%), superado, em seguida, pelo Tesouro do Estado (42%) e, por último, pelos órgãos federais (13%).

- Governo João Durval Carneiro (1983/1987)

O programa básico inicial da administração João Durval subdividiu a Bahia em 03 (três) macroáreas: Macroárea I - Faixa Litorânea; Macroárea II - Semi-Árido; e Macroárea III - Cerrados.

No que se refere à macroárea dos Cerrados, foram observadas as diversas oportunidades apresentadas na região, com base nos resultados econômicos advindos da sua exploração. Deste modo, foram enumerados programas específicos para esta área: Programa de Colonização do Cerrado (desenvolvido em articulação com o Governo Federal); Programas de Produção de Alimentos para as zonas de S^{ta} Maria da Vitória e Riachão das Neves (com apoio do POLONORDESTE); Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos da zona de S^{ta} Maria da Vitória.

Visando o cumprimento das metas pré-estabelecidas no início da sua gestão, o Governo João Durval, em conjunto com a SEPLANTEC e a CAR, apresentaram em Dezembro de 1984 um documento de Estratégia de Desenvolvimento do Oeste. Esta estratégia, propunha uma ação fundamentada em instrumentos de transformação e modernização da estrutura produtiva regional para implantação do desenvolvimento rural integrado.

Com base na delimitação do estado elaborada pela SEPLANTEC (classificação de acordo com os recursos naturais renováveis), a intervenção governamental para a sub-região dos Terrados objetivava uma ação complementar, prestando auxílio a uma capacidade empresarial e organizativa já existente. O Governo buscava oferecer, nesta sub-região, o crédito e o apoio na geração e adoção da tecnologia, como também ofertar infra-estrutura básica em áreas críticas de estrangulamento à produção e à comercialização.

O montante de recursos necessários para a realização de tais intervenções na região Oeste era de US\$ 201,1 milhões. O financiamento desta estratégia deveria ser proveniente de um conjunto de fontes financeiras relativamente específicas, como é o caso do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, BNDES, FUNDESE, etc.

- Governo Waldir Pires (1987/1989) e Nilo Coelho (1989/1991)

No início do seu mandato, o Governo Waldir Pires publicou um "Diagnóstico Global da Economia Baiana", onde, enfocando aspectos regionais, foi destacada a relevância econômica do Oeste baiano, levando-se em consideração o seu rápido crescimento, impulsionado por um movimento do capital rumo à fronteira agrícola ali constituída.

As diretrizes e metas prioritárias em tal programa visavam tornar mais expressivas as intervenções governamentais, que até então tinham se resumido a ações tímidas e limitadas.

No que se refere à agricultura e ao abastecimento, o cultivo da soja e do arroz nos cerrados baianos, eram destacados como promissores; entretanto, a forte presença dos agricultores e empresa do Sul do país era reconhecida como a condutora de tais lavouras.

Foram elaboradas, também, diretrizes específicas para o Oeste do estado, tais como: apoio à produção de grãos, especialmente nas regiões de desenvolvimento das áreas de fronteira agrícola do estado, tais como os cerrados (no Oeste e na Chapada Diamantina), que viesse a estimular a diversificação agropecuária e agroindustrial. Dentre as metas para atendimento das diretrizes do setor agrícola, destacava-se a implantação de dois grandes centros de distribuição, no Oeste e no Extremo Sul.

Outro ponto abordado foi o escoamento da produção e a necessidade de implantação de uma infra-estrutura viária, incluindo a melhoria das ligações da região com a capital do estado e a ampliação da rede básica de hidrovias, ferrovias, rodovias-tronco e estradas vicinais.

Numa articulação com o Governo estadual e a BEPLANTEC, o DESENBANCO preparou em Junho/1987, um programa estadual de desenvolvimento do Oeste Baiano, como forma de conhecer melhor as informações disponíveis sobre a região, a fim de respaldar o seu desempenho como agente financeiro de desenvolvimento. Este programa, denominado "Pró-Oeste", buscava a articulação da intervenção do Governo estadual com as ações a nível federal e privado. Para tanto, o programa priorizava as necessidades de desenvolvimento da região, assegurando a máxima internalização dos efeitos dinâmicos desse desenvolvimento no interior de outras regiões da Bahia. Foi elaborado um programa de ação imediata onde estavam listadas as intervenções em andamento, as indicações para ações imediatas e as gestões necessárias junto ao Governo Federal.

Em outra publicação, "Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano" (Nov/1987), o Oeste da Bahia aparece como uma das prioridades do Governo Waldir Pires. Através deste Programa, o Governo buscava apoiar e incentivar o dinamismo dos agentes sociais que vêm mudando o aspecto da região. Um conjunto de ações evidenciaram as intenções governamentais na região; essas ações foram subdivididas conforme o direcionamento das suas funções: Justiça e Segurança; Desenvolvimento Social; Infra-Estrutura; Produção; e Estudos.

As obras de infra-estrutura estavam voltadas para os transportes (restauração de rodovias; ampliação e pavimentação de aeroportos; pavimentação de estradas; construção e/ou melhoramento de estradas vicinais; etc), energia (implantação de linhas de transmissão; instalação de grupos geradores; construção de usinas hidrelétricas e subestações; etc) e comunicações (implantação de um sinal de TV para toda a região).

3.3. As Implementações do Governo Estadual

Este sub-item tem por finalidade relacionar as principais realizações do governo estadual em infra-estrutura na região Oeste da Bahia, especialmente no tocante aos benefícios propiciados à agricultura.

As informações aqui expostas foram coletadas junto aos relatórios de governos estaduais do período em questão e em consultas a publicações suplementares sobre a região.

No período que se estende de 1980 a 1990 "houve um acentuado adensamento da ocupação, para fins produtivos (e especulativos), dos solos dos Cerrados e de toda a Região Oeste da Bahia. Este adensamento pode ser aferido se

compararmos os mapas (05 e 06), relativos às situações nos anos correspondentes às safras 1983/84 e 1987/88.²⁵

Grande parte dessas terras ocupadas foi utilizada para a produção de grãos, especialmente a soja. Ocorre que "com esta expansão deveria ocorrer a dilatação e a manutenção da malha rodoviária da região, em todos os níveis, nesses anos todos, mas esse acompanhamento não aconteceu, o que tem levado, ..., à que todos os produtores prestassem a si próprios esses serviços,..."²⁶

Esta defasagem na oferta de infra-estrutura física também é verificada com relação a energia, a qual foi acentuada depois do processo inicial de agroindustrialização nos Cerrados do Oeste baiano.

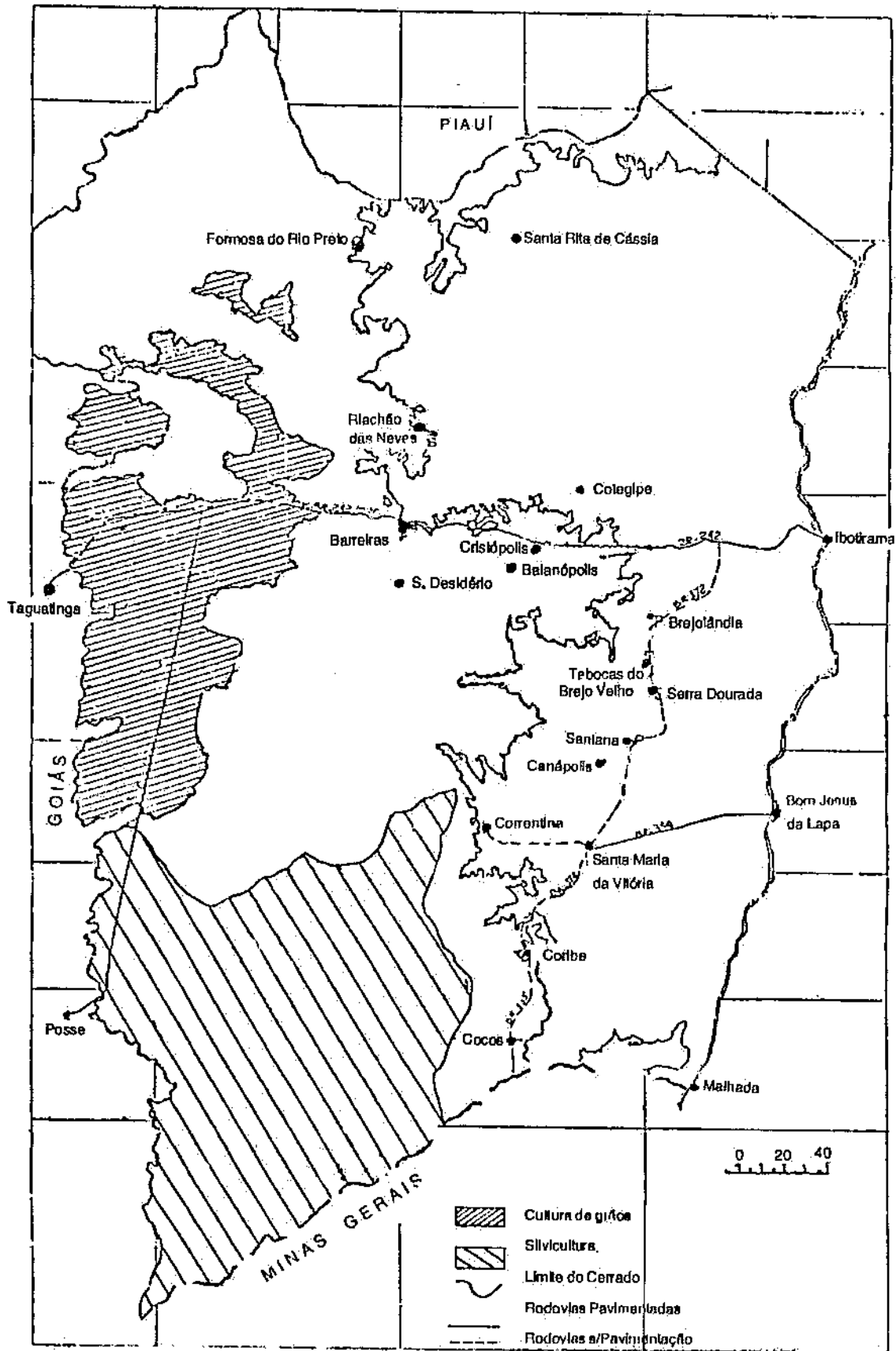
Detendo-se primeiramente às ações governamentais no sistema de transportes da região, sejam elas relativas às rodovias oficiais, estradas vicinais e/ou uso das vias fluviais, observamos uma estagnação nestes investimentos ao longo da década de 80.

No âmbito municipal, o CRIBA, sociedade de economia mista, tem como principal finalidade, a realização de estudos, projetos, construção, reconstrução e pavimentação de estradas, obras d'arte e especiais. Deste modo, são de sua

25. CARVALHO, Edmilson; PELLEGRINI, Elisa (1990, p.49)

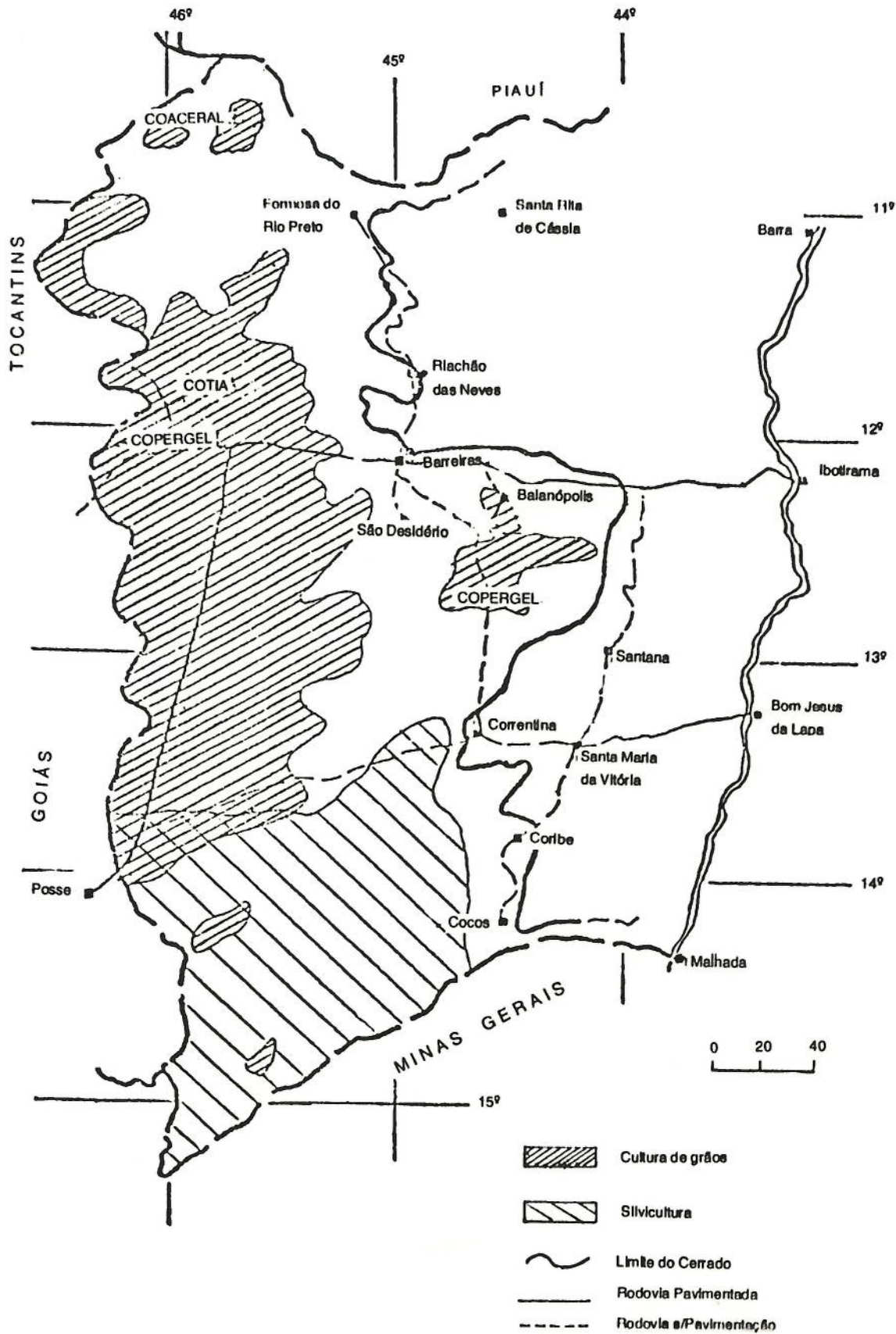
26. Ibidem

MAPA DE OCUPAÇÃO DO CERRADO - OESTE DO ESTADO DA BAHIA EM 1983/84



Fonte: Imagens LANDSAT MSS - 1983/84 (cedidas pelo Centro de Estatística e Informação - CEVSEPLANTEC)
 Elaboração: Fundação CPE - 1989

MAPA DE OCUPAÇÃO DO CERRADO – OESTE DO ESTADO DA BAHIA EM 1987/88



Fac. Ciências Eco. / UFBA.
 Biblioteca
 11324
 Seção Mestrado

Fonte: Mapa de Uso atual do Cerrado – Oeste do Estado da Bahia – Fundação CPE, 1989
 Elaboração: Fundação CPE – 1989

responsabilidade, as estradas vicinais (componentes do sistema rodoviário secundário), os acessos às localidades urbanas e rurais do interior do estado e, inclusive, a execução de vias urbanas, mediante convênios com as Prefeituras Municipais.

As realizações do CRIBA na região Oeste da Bahia, ao longo da década de 80, se restringiram à construção de pequenas extensões de estradas vicinais e pontes. De acordo com os relatórios de Governo do período 1980/1990, foram executados menos 350,0 Km de rodovias e 350,0 m de pontes municipais.

Quanto à rede rodoviária estadual, cabe ao DERBA o planejamento, construção, conservação e melhoria das suas rodovias.

O plano de atuação do DERBA em termos de obras físicas se resume a três programas básicos: . Implantação de rodovias; . Pavimentação básica de rodovias nos trechos de médio volume de tráfego e, em casos especiais, execução de pavimentação superior; e . Serviços de restauração e melhoramentos.

No intervalo de 1981 a 1988, as obras do DERBA refletiram perfeitamente a situação de estagnação em que se encontravam

os investimentos do governo estadual. Desde 1982, os investimentos em estradas na região foram interrompidos.

TABELA IX

RODOVIAS ESTADUAIS NO OESTE BAIANO
PLANEJADA E SITUAÇÃO FÍSICA
1981 -1988
(em Km)

DISCRIMINAÇÃO	A N O S							
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Planejada	1.928,3	1.205,3	1.195,9	1.195,9	1.195,9	1.117,9	1.082,9	1.082,9
Leito Natural	210,0	110,5	110,5	110,5	110,5	136,5	136,5	136,5
Implantada	194,5	459,5	467,0	467,0	467,0	467,0	591,0	591,0
Pavimentada	--	278,7	278,7	278,7	278,7	278,7	241,7	241,7
Em Obras	240,1	--	--	--	--	--	--	--
Total Geral	1.928,3	2.054,0	2.052,1	2.052,1	2.052,1	2.052,1	2.052,1	2.052,1

Fonte: Fundação CPE, 1990.

Com base na tabela acima, é possível constatar que as estradas "planejadas" em 1982 apresentaram uma redução em comparação ao ano anterior, sendo que apenas uma parte dessas obras foram "implantadas". As estradas em "leito natural" também sofreram decréscimo e as obras em andamento deixaram de existir a partir de então. No biênio 1982/83, verificou-se que apenas 9,4 Km deixaram de constar como estradas "planejadas" e passaram a ser "implantadas", implicando numa conseqüente diminuição da previsão de vias planejadas.

Outras mudanças podem ser observadas nesta relação de rodovias estaduais nos anos de 1986 e 1987. Em 1986, ocorreu uma nova redução nas estradas "planejadas", sendo que uma

parte delas passou à condição de "leito natural" e, em 1987, o total de rodovias "planejadas" volta a declinar, refletindo num aumento dos trechos "implantados".

No tocante às obras de eletrificação do Oeste baiano, o quadro apresentado no período em questão é muito semelhante ao setor de transportes, tendo sido verificada uma ampliação do deficit de potência energética ao longo dos anos. Este aumento na defasagem da oferta de energia elétrica foi constatado pela CPE, mediante dados fornecidos pela COELBA, através da entrevista de campo. Em 1990, o deficit previsto era de 8,6 MW, contra 1,7 MW em 1989.

As obras energéticas realizadas, durante toda a década, na região, se resumiram à construção de algumas Linhas de Transmissão (LT Santa Maria da Vitória - Bom Jesus da Lapa; LT Alto Fêmeas), melhoramento da LT Correntina - Barreiras, construção de Redes de Distribuição (RD do Núcleo Habitacional da CODEVASF em São Desidério) e ampliação de Subestações (SE Barreiras; SE Porto Novo).

O aproveitamento hidrelétrico do Rio das Fêmeas, município de São Desidério, foi adequado ao Programa de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Para tanto, teve início em 1984, na administração João Durval, o projeto de construção da Hidrelétrica de Alto Fêmeas que, de acordo com o PCH, deveria comportar apenas equipamentos de fabricação

nacional, o que limitava o seu porte. Em 1985, foi concluído o projeto básico da Usina e feita a licitação dos equipamentos principais para o início da sua construção.

A Hidrelétrica de Alto Fêmeas representa uma capacidade de geração de 10MW. Esse potencial, unido à capacidade de transmissão da LT Correntina/Barreiras (7,5 MW em 1987) e da geração térmica na Subestação de Barreiras, seriam suficientes apenas para atender a demanda estimada em 1990, em torno de 18,9 MW. Com o suprimento deste déficit de potência energética (aproximadamente 8,9 MW em Dezembro de 1990), não seria mais necessário as soluções paliativas para o atendimento da demanda regional, a exemplo do funcionamento diário, no horário das 18:00 às 22:00, de grupos geradores diesel, em diversas localidades do Oeste baiano.

4. CONCLUSÃO

As informações acerca da infra-estrutura física da região, trabalhadas até aqui, evidenciam o real papel do governo estadual junto ao desenvolvimento econômico dos Cerrados do Oeste baiano. Não obstante o discurso oficial relativo ao papel e a extensão da intervenção do Estado na economia e na sociedade, os fatos revelam uma relação inversa entre a expansão das atividades de produção de grãos, como também sua industrialização - em regiões distantes dos portos e dos centros urbanos maiores - e a oferta de infra-estrutura física.

Esta relação tem se mostrado extremamente problemática para o bom desempenho das atividades que, ao longo da década de 80, se desenvolveram no Oeste baiano, em particular na região dos Cerrados, onde a produção de grãos tem alcançado maior produtividade e tem "a soja como produto vetor"²⁷.

Em decorrência desta escassez de infra-estrutura física, os produtores locais são levados a investirem, com seus próprios recursos, em estradas, geração de energia, armazenamento, em fim, todos os meios necessários à execução das suas atividades na região. Deste modo, a ausência de transportes e os altos fretes existentes no Oeste baiano decorrem da omissão do governo estadual que, no decorrer da última década, realizou, parcialmente, apenas um grande

27. SANTOS FILHO, Milton, op. cit., p. 149

investimento na região, a Usina Hidroelétrica de Alto Fêneas, a qual, ao final de 1990, possuía 85% das obras concluídas.

O modelo energético existente na região durante a década de 80 revelou uma insuficiência na oferta de energia, tendo sido constatada uma demanda reprimida, por estudos realizados pela COELBA.

Durante este período, o suprimento de energia no Oeste era bastante deficitário, dependendo fortemente da Usina Hidroelétrica de Correntina, em operação desde a década de 70, a qual já se encontrava no limite máximo da sua capacidade de geração. Além desta, existiam termoeletricas isoladas, geridas pelas prefeituras e motores a diesel que possibilitavam um fornecimento complementar de energia.

Como consequência desta carência de energia elétrica, vem sendo observado um aumento na dependência da exploração privada de outras fontes de energia, como por exemplo, pequenas quedas d'água existentes, que possibilitam o aproveitamento energético. Assim sendo, a expansão das atividades capitalistas modernas fica limitada, visto que são necessários investimentos elevados para tais obras.

Com relação às realizações no setor de transportes, a situação é a mesma. O governo do estado também não vem

fornecendo as condições adequadas ao transporte da safra para os pontos de escoamento da produção.

As rodovias federais existentes na região, BR-020 e BR-242, se articulam formando o eixo Brasília - Barreiras - Salvador, constituindo o maior e mais importante eixo viário do Oeste. Nota-se, contudo, que a manutenção dessas rodovias não tem sido realizada pelo governo, deixando-as em estado precário de conservação, que se agrava com as chuvas, erodão e com o tráfego de veículos (especialmente caminhões de carga).

"O sistema viário é, portanto, precário e descontínuo, especialmente ao longo do ano. Falham vias de acesso até mesmo aos grandes empreendimentos."²⁸

Essas péssimas condições rodoviárias acarretam impactos negativos sobre o escoamento da safra, provocando o encarecimento do frete e dos produtos. Os custos da má conservação das estradas influenciam nas elevações dos custos da lavoura e da comercialização (dificuldades no transporte da produção para outras regiões).

Se forem consideradas as agroindústrias do Sul, será possível constatar que elas contam com uma malha ferroviária

28. SANTOS FILHO, Milton, op. cit., p. 46

mais extensa, e menos onerosa e, na maioria dos casos, a ferrovia corta a fábrica, reduzindo os custos da indústria.

Deve ressaltar que não foi verificada nenhuma ação governamental visando a melhoria das hidrovias da região. O transporte fluvial que teve muita importância na primeira fase de ocupação do Oeste baiano, determinando a "localização de suas principais cidades e das atividades agrícolas ao longo dos rios, não cumpre mais esse papel na apropriação capitalista da região. As normas produtivas do transporte fluvial, tal como se apresentam hoje nos cerrados baianos - lentidão, portos desaparelhados, equipamentos obsoletos, etc - são inadequadas à circulação das mercadorias no seio do complexo agroindustrial, onde a rapidez e a segurança do transporte são determinantes na valorização maior ou menor dos produtos."²⁹

"O porto de Barreiras não tem calado nem instalações e não existe nenhum estudo governamental, em nível federal, municipal ou estadual, para se dar uma solução a esse problema. Tudo está sendo feito, com grave ônus para a iniciativa privada, pelos próprios empresários."³⁰

29. Ibidem

30. Jornal "A TARDE", 19/07/1992. Caderno 01, p. 12

TABELA X

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM ESTADUAIS E VICINAIS, NO OESTE, PÉLAS COOPERATIVAS E EMPRESAS MAIS IMPORTANTES

COOPERATIVAS E EMPRESAS	TOTAL (km)	CONSTRUÇÃO (km)	MANUTENÇÃO (km)
COTIA	540	500	40
COTREL/COOPERMOISA	260	200	60
COARC	-	-	-
COPERGEL	400	200	200
COACERAL	320	85	235
AGROEL	40	-	40
TOTAL	1.560	985	575

Fonte: Fundação CPE, 1990.

(Construção de estradas vicinais desde o assentamento das colônias na região até a data da pesquisa)

A Tabela X oferece uma visão da amplitude dos investimentos em infra-estrutura realizados pelos proprietários, em decorrência da ausência da ação governamental. As empresas e cooperativas aí representadas estão entre as maiores dos cerrados do Oeste baiano. Foram construídos, com recursos próprios, 985 km de estradas e, em outros 575 km foi realizada a manutenção, perfazendo um total de 1.560 km de estradas sob inteira responsabilidade da iniciativa privada.

Este número restringe-se apenas às obras realizadas pelas grandes unidades de produção. Se forem considerados os produtores particulares de todo o Oeste, cerca de 5.000 km de estradas vicinais foram implantadas até 1989, visando interligar suas propriedades e aumentar o acesso às malhas rodoviárias federais e estaduais.

Deste modo, pode-se constatar que a carência da infraestrutura de transportes está "na base dos problemas de escoamento e abastecimento que a região vem encontrando."³¹

A inexpressiva atuação do governo do estado no Oeste baiano está levando, portanto, os produtores locais a investirem, com recursos próprios, em infraestrutura física. Por este, e muitos outros exemplos, "discute-se hoje, no Brasil, ..., qual o papel, o lugar e o grau de intervenção do Estado na produção, na regulação das atividades da economia e, até, nas relações entre o trabalho e o capital nas suas contraposições em face da repartição do produto."³²

31. SANTOS FILHO, Milton, op. cit., p. 47

32. CARVALHO, Edmilson; FELLEBRINI, Elisa, op. cit., p. 53

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Governo. Relatório 1979, por Antônio Carlos Magalhães. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1980.

_____. Governo. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa na abertura da 3ª sessão Legislativa da 9ª Legislatura em 1º de março de 1981, por Antônio Carlos Magalhães; 2 anos de Governo. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1981.

_____. Governo. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa na abertura da 4ª sessão Legislativa da 9ª Legislatura em 1º de março de 1982, por Antônio Carlos Magalhães; 3 anos de Governo. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1982.

_____. Governo. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa na abertura da 1ª sessão Legislativa da 10ª Legislatura em 1º de março de 1983, por Antônio Carlos Magalhães; 4 anos de Governo ACM. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1983.

..... Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na abertura da 2ª sessão Legislativa da 10ª Legislatura em 1º de março de 1984, por João Durval Carneiro; 1º ano de Governo. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1984.

..... Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na abertura da 3ª sessão Legislativa da 10ª Legislatura em 1º de março de 1985, por João Durval Carneiro; Cumprindo a Palavra. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

..... Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na abertura da 4ª sessão Legislativa da 10ª Legislatura em 1º de março de 1986, por João Durval Carneiro; A Bahia Mudou. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1986.

..... Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na abertura da 1ª sessão Legislativa da 11ª Legislatura em 1º de março de 1987, por João Durval Carneiro. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1987.

..... Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na abertura da 2ª sessão Legislativa da 11ª Legislatura em 1º de março de 1988, por Waldir Pires. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1988.

_____. Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na abertura da 4ª sessão Legislativa da 11ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1990, por Nilo Coelho; Relatório do Exercício de 1989. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

_____. Governo. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na abertura da 1ª sessão Legislativa da 12ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1991, por Nilo Coelho; Relatório do Exercício de 1990. Salvador: SEPLAN/ COCEPLAN, 1991.

_____. Governo Democrático. Ações Cívicas no Oeste Baiano. Grupo de Coordenação do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano. Salvador: 1988.

_____. Governo Democrático. Programa Mínimo de Infra-Estrutura para o Oeste Baiano; Pró-Oeste, Transporte, Energia, Armazenagem. Salvador: 1988.

_____. Governo Democrático. Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano. Barreiras: 1987.

_____. Governo do Estado. Ocupação Econômica do Oeste; Programa Básico. Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB. Salvador: 1980.

BERTRAND, Jean-Pierre et alii. O Mundo da Soja. Tradução de Lélío Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC - Editora da USP, 1987. 139p.

BRASIL. Ministério do Interior. PLANVASE - Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco; Relatório da Etapa I - Síntese. Convênio Governo Brasileiro - OEA. Brasília: 1986. 80p.

CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de et alii. Linha de prosperidade. In Bahia: Análise & Dados, v.1, n.3. Salvador: Centro de Estatística e Informações, 1991.

CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de. A Indústria de óleos Vegetais e Baciões na Bahia - Uma Contribuição ao Estudo da Macro-Localização. Série Estudos e Pesquisas no 07. Salvador: Fundação CPE, 1988. 51p. com anexos.

_____. Demanda por Armazenagem Coletora no Oeste Baiano. Série Estudos e Pesquisas no 02. Salvador: Fundação CPE, 1987. 35p. com anexos.

CARVALHO, Edmilson; PELLEBRINI, Elisa. Possibilidades e estágio atual da agroindustrialização nos Cerrados do Oeste Baiano. Série Estudos e Pesquisas no 09. Salvador: Fundação CPE, 1990. 68p., il. tab. mapas.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). Agropecuária: Estrutura Fundiária e de Produção. Núcleo de Análise Sócio-Econômica. Salvador: 1985. 128p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). Estratégia de Desenvolvimento do Oeste; Documento Síntese. Salvador: 1984. 140p.

..... Indicações para a Atuação do Governo na Região Oeste da Bahia; Versão preliminar. Salvador: 1987.

..... O Oeste da Bahia e o Plano de Metas Agrícolas. Gerência do Programa de Desenvolvimento do Oeste. Salvador: 1987.

..... Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER II; Resumo informativo. Salvador: 1986.

..... Programa de Equipamento da Produção de Grãos do Oeste do Estado da Bahia; Versão Preliminar. Gerência do Programa de Desenvolvimento do Oeste. Salvador: 1986.

DESENBANCO. Pró-Oeste: Programa de Desenvolvimento do Oeste Baiano. Salvador: 1987. 83 p. com anexos.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Vários números

..... Censo Agropecuário. Vários números

..... Produção Agrícola Municipal. Vários números

KOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Política de Garantia de Preços Mínimos: Uma Avaliação. in Coleção Análise e Pesquisa - Vol. 29, CFP. Brasília: 1983.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Economia Agrícola - Agricultura - uma defesa dos subsídios. Petrópolis: Vozes, 1982. 107p.

OESTE da Bahia. Salvador: UFBA/CNPq, 1987. Direção: Elaine Norberto; Forma de Programa: Documentário; Duração: 20'. FITA DE VÍDEO CASSETE.

QUEIROZ, Luiz Novaes de. Concedores de Transportes para os Mercados Baianos. Carta da CPE n.13. Salvador: Fundação CPE, 1992. 10p. com anexos.

SANTOS FILHO, Milton (Coord.). O processo de urbanização no Oeste-Baiano. Recife: SUDENE-Série de Estudos Urbanos 1, 1989. 281p.

SEPLANTEC - CPE. Plano Diretor Urbano de Barreiras 1990/2005. Salvador: 1989. 2 Vol. 120p. il. Gráf. Mapas.

SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa - Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 192p.

SUMA AGRÍCOLA. Rainal Agropecuária. Rio de Janeiro: Tama Ltda, n. 254, 1991, p. 6 a 8.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autocrático e Camponato. Rio de Janeiro: DIFEL/ Difusão Editorial S/A, 1979. 261p.